



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

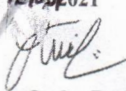
Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PARECER APROVADO NA SESSÃO

DE DIA
16/09/2021


Luis Carlos Dudé
PRESIDENTE

PARECER FAVORÁVEL CONJUNTO, DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF, COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DEFESA DA MULHER – CDHCDM E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 16/2021 DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ABSORVENTES – PDAH, NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária Nº 16/2021 de autoria do Poder Executivo Municipal, que institui o programa municipal de distribuição de absorventes – PDAH, nas escolas públicas municipais no âmbito do município de Vitória da Conquista-Bahia e dá outras providências.

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 196 e 197 e Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com espeque na Lei Orgânica do Município, conforme ensinamento da inteligência do Art.6º, V, e Art. 7º, V, *in verbis*:

“Art. 6º Compete ao Município elaborar e promulgar sua Lei Orgânica e legislar sobre assunto de interesse local, especialmente:

(...)

V – suplementação da legislação federal e estadual para adequá-la às peculiaridades e interesses locais, no âmbito de sua competência;

(...)

Art. 7º. Compete ainda ao Município:

(...)

V - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;




Na mesma esteira, preceitua o Art. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988, senão vejamos:

“(...)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

www.camaravc.com.br

   @camaravc

 Câmara de Vitória da Conquista





Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

(...)

Não foram apresentadas emendas aditivas, mesmo sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

O Projeto de Lei em voga se justifica, pela necessidade de sanar o problema grave de saúde pública local, amparado pelo Art. 30, I, da Constituição Federal Pátria, que chancela o desenvolvimento no plano local dos vetores normativos dispostos no *caput* dos artigos. 196 e 197, da CF/88. Incidência afirmativa, decorrente dos segmentos sociais vulneráveis e hipossuficientes visados pela normativa, do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no inciso III, do art. 1º, da CF/88.

VOTO

A matéria veiculada neste Projeto de Lei Ordinária do Executivo não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Destaca-se finalmente que o Projeto de Lei Ordinária do Executivo *sub examine* atende perfeitamente o quanto disposto nos artigos 196 e 197 da Constituição Federal da República e os Art. 6º, V e Art. 7º, V da Lei Orgânica do Município.

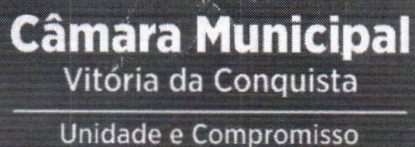
Do ponto de vista legal, respeitadas as competências e inovações constitucionais, o presente Projeto de Lei Ordinária do Executivo não apresenta nenhuma inconstitucionalidade.

Analisando-se a regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto que respaldadas na Constituição Federal e legislação municipal pertinentes.

Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei Ordinária do Executivo de Nº 16/2021, não merece qualquer reparo.

PARECER

Levando-se em consideração a plena consonância da proposição com as normas legais de competência da matéria, e a inexistência de óbices legais, bem como a



**Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA**

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 07 de outubro de 2021

CLJRF - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CDHCDM - Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Defesa da Mulher

Francisco Estrela Dantas Filho
Membro - CLJRF

Alexandre Garcia Araújo - Xandó
Membro - CDHCDM

Marcia Viviane de Araújo Sampaio
Presidente - CDHCDM

Maria Lúcia Santos Rocha
Membro – CDHCDM

Valdemir Oliveira Dias
Presidente - CE

Dr Augusto Cândido C. Santos
Membro - CE

Edjaime R. de Carvalho (Bibia)
Membro – CE

Gislane Dutra Aguiar
Secretária

Dr Alberto Barreto
Procurador Jurídico das Comissões